

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração
Pública e de Empresas
Brasil

Maia, João Marcelo E.

História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro
Ramos

Cadernos EBAPE.BR, vol. 13, septiembre, 2015, pp. 550-559

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323241079003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos

History of intellectuals in the Third World: reflections from the case of Guerreiro Ramos

João Marcelo E. Maia¹

Fundação Getúlio Vargas / Escola de Ciências Sociais (CPDOC), Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a questão dos intelectuais no Terceiro Mundo a partir de um estudo de caso focado no sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Parte-se da hipótese de que a bibliografia sobre intelectuais é excessivamente eurocêntrica e que é possível superar tal problema com a análise empírica de intelectuais periféricos. O artigo utiliza dados de pesquisa realizada ao longo de 3 anos e enfoca 3 aspectos da prática sociológica de Ramos: a) o diálogo crítico com as teorias produzidas no Hemisfério Norte; b) o seu estilo de escrita; c) sua busca por autonomia intelectual. Os dados são analisados à luz da bibliografia produzida por historiadores e sociólogos sobre intelectuais. Conclui-se que estudos sobre intelectuais periféricos evidenciam uma relação entre ideias e vida pública diferente daquela encontrada nos países centrais.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Intelectuais. Terceiro Mundo.

Abstract

This article aims to discuss the issue of intellectuals in the Third World through a case study focused on the sociologist Alberto Guerreiro Ramos. It starts from the assumption that the literature on intellectuals is excessively Eurocentric and that it is possible to overcome such a problem by means of an empirical analysis of peripheral intellectuals. The article uses data from a research conducted over 3 years and it focuses on 3 aspects of Ramos' sociological practice: a) the critical dialogue with theories produced in the Northern Hemisphere; b) his writing style; c) his search for intellectual autonomy. Data are analyzed in the light of the literature produced by historians and sociologists about intellectuals. It is concluded that studies on peripheral intellectuals demonstrate a relation between ideas and public life different from that found in the core countries.

Keywords: Guerreiro Ramos. Intellectuals. Third World.

Artigo submetido em 26 de janeiro de 2015 e aceito para publicação em 15 de junho de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395149072>

¹ Doutor em Sociologia pelo IUPERJ; Professor adjunto do CPDOC/FGV - Escola de Ciências Sociais. Endereço: CPDOC/ FGV, Praia de Botafogo 190 - sala 1418 – Botafogo, CEP 22250-900. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. E-mail: joao.maia@fgv.br

Introdução

Sociólogo, administrador, funcionário público, político, livre-pensador: o fato é que Guerreiro Ramos vestiu muitos figurinos ao longo de sua trajetória. Este artigo dedica-se a algumas reflexões sobre um aspecto talvez menos comentado do trabalho do sociólogo baiano: sua condição de intelectual periférico, cuja formação, atuação e consagração deram-se numa sociedade tida como parte do chamado Terceiro Mundo².

Na copiosa bibliografia dedicada ao estudo de sua obra, alguns trabalhos evidenciavam a conexão de Guerreiro Ramos com os problemas e os discursos que circulavam no Terceiro Mundo, seja destacando as fontes do pensamento nacionalista isebiano (ORTIZ, 1994), seja apontando o diálogo com autores anti-imperialistas no campo próximo ao marxismo (MOTTA, 2010). Meu artigo junta-se a essa literatura, mas procura avançar a discussão por meio de uma análise que recupera a literatura especializada no tema dos intelectuais, apontando como os debates mais recentes sobre a geopolítica da produção intelectual podem iluminar a trajetória de Guerreiro e como mais estudos empíricos focados em intelectuais periféricos, por sua vez, ampliariam os debates teóricos.

Antes, duas ressalvas são necessárias. Em primeiro lugar, não ignoro o fato de que Guerreiro trabalhou durante parte significativa de sua carreira nos Estados Unidos, e que se desempenhou com notável eficiência nesse ambiente do dito Primeiro Mundo, altamente competitivo e especializado. Dedico-me, no entanto, a analisar um período histórico próprio na trajetória do autor, e coloco em suspenso se as afirmações aqui elencadas podem ser extrapoladas para toda a sua biografia. Por sinal, não estou entre os estudiosos da vida intelectual que acreditam numa coerência total entre autor, biografia e obra. Em segundo lugar, o uso do conceito “periferia” e do adjetivo “periférico” significa que compartilho da hipótese de uma divisão internacional do trabalho intelectual que produz continuamente regiões que acumulam recursos materiais, simbólicos e linguísticos (os “centros”) em detrimento de outras, nas quais a atividade científica enfrentou e ainda enfrenta numerosos obstáculos para sua institucionalização (as “periferias”). Não acredito que todas as sociedades periféricas tenham o mesmo nível de desenvolvimento intelectual e acadêmico, ou muito menos que todas façam parte de um bloco homogêneo, mas creio que os dados empíricos mais atualizados autorizam a mencionar essa divisão. Afinal, como mostra o World Social Science Report de 2010 (GINBRAS e MOSBAH-NATANSON, 2010), a publicação de revistas científicas, um dos principais instrumentos de comunicação intelectual hoje, é cada vez mais concentrada em países do Hemisfério Norte, mesmo sendo considerada a ascensão da China.

O texto está estruturado em duas partes e uma conclusão. Inicialmente analiso como no âmbito da História e das Ciências Sociais compreendeu-se o problema dos intelectuais, destacando os principais desdobramentos analíticos nesses campos. Meu objetivo é evidenciar que, a despeito de notáveis resultados terem sido alcançados, o eurocentrismo produz uma limitação ao entendimento empírico e analítico de outras formas de atividade intelectual, gestadas em contextos periféricos. Assim, ao final da seção, destaco novos caminhos na literatura que apontam para o reconhecimento da dimensão geopolítica que organiza a divisão internacional do trabalho intelectual, e, valendo-me dessa abordagem, estabeleço as bases para a análise do caso de Guerreiro Ramos. Na seção seguinte, avanço algumas hipóteses sobre o que permitiria caracterizar a atividade de Guerreiro Ramos como um intelectual periférico, extraídas de pesquisa empírica realizada entre os anos de 2010 e 2012, com foco na inscrição de Guerreiro Ramos nos debates globais da sociologia. Finalmente procuro extrair algumas inferências mais gerais para uma possível História Social dos intelectuais em contexto periférico.

² Sobre a gênese, desenvolvimento e declínio da categoria “Terceiro Mundo”, valho-me da contribuição de Mark Berger (2004).

Intelectuais: História, Ciências Sociais, Eurocentrismo e sua Crítica

O estudo dos intelectuais é um tema clássico nas Ciências Sociais, ocupando também lugar de destaque na produção historiográfica moderna. A sociologia da religião, de Max Weber ([1922] 1978), por exemplo, tem como um de seus fundamentos uma investigação sobre as características sociológicas dos especialistas no sagrado, cujas conclusões são centrais à análise feita pelo autor sobre os mecanismos de institucionalização dos interesses autonomamente espirituais no mundo. Já a chamada sociologia do conhecimento, de forte inspiração alemã, foi uma das primeiras grandes áreas de especialização da Sociologia, como se pode notar nos trabalhos seminais de Max Scheler e Karl Mannheim. A obra de Mannheim ([1929] 1936), em especial, contribuiu para consolidar uma poderosa narrativa sobre a gênese da *intelligentsia* moderna, tida como um estrato social que, por sua educação e socialização, poderia produzir narrativas sintéticas numa sociedade plural e pautada pela secularização.

Essas primeiras análises sociológicas foram decisivas para objetivar os intelectuais, tornando a discussão sobre o tema mais empírica e menos etérea. Afinal, o debate sobre os intelectuais mobilizava boa parte dos homens de letras e ideias na Europa –, como evidencia o trabalho seminal de Julian Benda sobre a “traição dos intelectuais” (BENDA, [1927] 1981) –, mas era ainda bastante normativo e com pouco amparo nas recentes ciências sociais.

O programa sociológico de estudo dos intelectuais ganhou uma versão mais radical na obra de Pierre Bourdieu (1969), que elaborou uma análise fortemente sociologizante, segundo a qual o substrato da vida intelectual (ideias, teorias, doutrinas etc.) é entendido por meio das relações objetivas existentes entre as posições estruturais disponíveis num dado universo social. No registro de Bourdieu, só se compreenderiam as produções de artistas, cientistas, escritores ou demais profissionais voltados para as ideias por meio das disputas e batalhas nas quais esses personagens se envolviam na busca por prestígio e consagração dentro do campo. Assim, falar de um intelectual implicaria, antes de tudo, dissecar sua origem de classe e sua posição familiar, sua trajetória no espaço social no qual desenvolve suas atividades, e a relação de determinação mediada entre esse espaço e outros campos (como o político, o econômico etc.).

O debate em torno do programa de Bourdieu inspirou numerosos desdobramentos, não apenas feitos por discípulos (e estes foram muitos!), mas, em especial, por sociólogos interessados em rediscutir aspectos de sua contribuição. Assim, surgiram pesquisas empíricas sobre os mecanismos de consagração de intelectuais (LAMONT, 1987), sobre as razões extraintelectuais e institucionais por trás de influências e esquecimentos históricos (CAMIC, 1992; MCLAUGHLIN, 1988) e sobre a formação do campo intelectual em países como o Brasil (MICELI, 1979). Mais recentemente, houve um retorno às grandes teorizações sobre intelectuais, como no monumental livro de Randal Collins (2009) sobre a história da filosofia global, ou na tentativa de Charles Camic e Neil Gross (2001) de construir uma “nova sociologia das ideias” que incorporasse as contribuições da História Intelectual, da Etnografia e da nova Sociologia da Ciência.

A História Intelectual, por sua vez, teve e tem que lutar constantemente pela sua própria legitimidade no campo (LACAPRA, 1983; WICKBERG, 2001). O protagonismo da Escola dos Annales e, posteriormente, da História Cultural, lançou a sombra do anacronismo sobre os historiadores que se dedicavam a analisar os letrados e suas atividades peculiares. Porém, desenvolvimentos diversos contribuíram para o retorno dessa área, entre os quais se podem destacar: o contextualismo linguístico da chamada Escola de Cambridge, representada por Quentin Skinner (1978) e John Pocock (1975), e o projeto de História Conceitual desenvolvido pelo alemão Reinhart Koselleck (1985)³. As contribuições de Skinner e Pocock, em especial, permitiram aos historiadores focar seus estudos sobre ideias e intelectuais na dimensão linguística dos escritos clássicos, trazendo à tona a relação entre a escrita de textos e as ações políticas pretendidas pelos

³ Poderia citar também a contribuição de Michel Foucault, que empreendeu uma revolução nos estudos sobre o que se convencionou chamar de ‘ideias’. Porém, seu foco na análise de práticas discursivas disseminadas pelos mais diversos registros textuais e classificatórios e sua conhecida crítica à própria ideia de autoria o colocam de forma antagônica a qualquer coisa que se aproxime de uma “História Intelectual”.

seus autores. A Escola de Cambridge valorizou muito a contextualização pragmática dos textos, em oposição a uma análise desencarnada de ideias abstratas. Koselleck, por sua vez, estabeleceu uma metodologia para o estudo de conceitos historicamente situados, abrindo espaço para pesquisas que investigassem a diacronia dos conceitos e a relação entre estes e a história política do tempo. A despeito de produzidas em contextos diversos, essas teorias foram lidas como integrando um horizonte comum de interpretações, pois serviriam para renovar a História Intelectual, tornando-a menos “desencarnada” e mais afinada com os procedimentos metodológicos mais rigorosos da historiografia contemporânea (RITCHER, 1990).

Essa “virada linguística” da Historiografia Intelectual ensejou novos estudos com o objetivo de se debruçar sobre os intelectuais como um tema dos debates públicos. Isto é, o “problema dos intelectuais” passou a significar menos um problema real do que um tema discursivamente elaborado pelos próprios intelectuais, que escreviam, falavam e atuavam com base em diagnósticos sobre a questão. Esse foi o caso do inglês Stefan Collini (2006), que em conhecida obra analisou o debate sobre a ausência dos intelectuais na Inglaterra, evidenciando os seus pressupostos, a semântica dos conceitos empregados e as intenções dos participantes dessa secular contenda.

Não apenas os historiadores do discurso dos intelectuais se interessaram pela relação entre intelectuais e vida pública. Este tema, presente desde muito na reflexão dos estudiosos, continuou a inspirar monografias exemplares, com destaque para obras em que se buscava relacionar o ativismo dos intelectuais às configurações das metrópoles e cidades nas quais esses personagens viviam. Refiro-me às pesquisas de Thomas Bender (1997), Carl Schorske (1981) e Raymond Williams (1982), autores que procuram explicar como grupos de intelectuais assumem certas propriedades comuns em virtude dos laços estabelecidos entre seus membros e entre o grupo e os ambientes nos quais se reúnem e socializam.

Finalmente, é preciso dizer que o marxismo nunca deixou de reconhecer a centralidade do tema. Penso, em especial, no caso do italiano Antonio Gramsci, que procurou analisar os intelectuais por meio das características da ordem capitalista e das relações concretamente estabelecidas entre Estado e sociedade civil (GRAMSCI, 1968). Ao cunhar sua conhecida conceituação de “intelectuais orgânicos”, Gramsci reconheceu as mudanças na atividade intelectual produzidas pela modernização social e as conexões entre organização de classes e as tarefas de direção e reflexão exercidas pelos agentes intelectuais.

Todo esse arrazoado, por simplista que seja, permite verificar o quanto o problema dos intelectuais ganhou em sofisticação como tema de pesquisa. O velho modelo “homens e ideias”, associado por muitos à própria disciplina da História Intelectual, deu lugar a pesquisas empiricamente fundamentadas, que podem levar em conta variáveis tão diversas como os estilos da linguagem política, as redes e lugares de socialização, as conexões com o Estado ou mesmo as variáveis de gênero e raça. A relação entre intelectuais e vida pública, por exemplo, tema clássico e frequentemente tratado de forma muito normativa, hoje é debatida com base em estudos empíricos específicos, que permitem avaliar como esses personagens enraizaram-se nas cidades, na imprensa, nos partidos e na vida civil em geral.

Entretanto, um aspecto fundamental continua pouquíssimo explorado no debate, e diz respeito diretamente ao caso empírico de Guerreiro Ramos. Refiro-me à dimensão geopolítica, ou seja, à divisão desigual do trabalho intelectual num contexto internacional, em que intelectuais dos Hemisférios Sul e do Norte podem vivenciar realidades e desafios diferentes. A subteorização de tal questão explica-se, ao menos em parte, pelo fato de que um número significativo da produção acima citada tem seus dados empíricos recolhidos basicamente de casos históricos da Europa e dos Estados Unidos (ou, quando muito, da Rússia, que se tornou um caso paradigmático para a construção da própria ideia de *intelligentsia*).

O fato é que a questão dos intelectuais em contextos periféricos ganhou maior atenção desde as décadas de 1980 e 1990. Desde o trabalho seminal de Edward Said (1978), as questões relativas às representações do Outro em condições de colonialidade e subordinação passaram a integrar marcadamente os debates sobre intelectuais e vida pública. A emergência dos estudos culturais e dos chamados estudos subalternos levou, por caminhos diferentes, a que os estudiosos atinassem para questões referentes à negociação de identidades em contextos de hibridização cultural, motivando alentadas polêmicas sobre a legitimidade do intelectual e

os limites impostos pelo eurocentrismo (SPIVAK, 1988). Porém, boa parte dessa reflexão é feita na academia de língua inglesa e relaciona-se a dilemas associados à “política de representação”, isto é, trata-se de estudos derivados da teoria pós-estruturalista que debatem estratégias retóricas, agendas, teorias e problemas políticos envolvidos no discurso, mas que, em geral, pouco dizem sobre as dinâmicas sociológicas envolvidas na produção de conhecimento no Terceiro Mundo.

Nos últimos anos, porém, surgiu uma nova literatura, marcadamente sociológica, que se dedicou a preencher tais lacunas. Nessa literatura, a distribuição desigual de recursos econômicos, simbólicos e institucionais, a concentração dos meios globais de divulgação científica (editoras e revistas) no Hemisfério Norte e as próprias barreiras linguísticas produzidas pela hegemonia do inglês foram elementos destacados com mais embasamento empírico e forte enfoque sociológico (CANAGARAJAH, 1992; CONNELL, 2007; KEIM, 2010). Já na área da História, trabalhos como o de Sanjay Subrahmanyam (1997) e Jack Goody (2012) exploraram enfoques alternativos para o estudo de literatos e letrados em geral, evitando pressupostos nacionalistas ou eurocêntricos e reconhecendo as linhas de interconexão entre práticas intelectuais que enredavam Oriente e Ocidente.

A despeito dessas inovações, ainda são poucos os estudos empíricos nos quais se procura discutir problemas específicos da produção sociológica ou científica em países terceiro-mundistas, e menos ainda aqueles nos quais se almeja reconstruir o conhecimento acumulado sobre a vida intelectual com base nessas novas descobertas e análises. Minha ambiciosa hipótese é de que estudos de casos empíricos como o de Guerreiro Ramos podem lançar nova luz sobre essa questão, possibilitando a superação de conhecimento acumulado e o desvendamento de novos horizontes de pesquisa.

Guerreiro Ramos como Intelectual Periférico

Ao longo de três anos, estudei a trajetória e a produção de Guerreiro Ramos como um sociólogo periférico, explorando suas aproximações com outros discursos sociológicos produzidos e disseminados no chamado Terceiro Mundo entre as décadas de 1950 e 1980⁴. Mais recentemente, publiquei alguns dos resultados dessa pesquisa em artigos que sugeriam pistas metodológicas (MAIA, 2012), teciam comparações com outros intelectuais (MAIA, 2014a) e situavam sua agenda sociológica no contexto intelectual do período (MAIA, 2014b, no prelo). Nesta seção, gostaria de destacar alguns pontos que me parecem frutíferos para pensar o problema dos intelectuais terceiro-mundistas.

São três os pontos que me parecem centrais para a caracterização de Guerreiro Ramos como intelectual periférico: a) o diálogo crítico com as teorias sociológicas e filosóficas europeias e norte-americanas; b) o seu estilo de escrita, que articulava conhecimento científico a práticas textuais não disciplinadas pelo cânone linguístico do período; c) a busca por autonomia intelectual como um norte da sua atividade pública. Ressalto que seria possível estabelecer essa caracterização por meio de outras questões, em especial o tema racial, já explorado por Barbosa (2006), e a própria leitura política do nacionalismo, eixo de discussão muito bem explorado por Ortiz (1994) e Motta (2010).

Guerreiro Ramos era um notório erudito, que dedicou parte significativa de sua formação juvenil e adulta à leitura e ao estudo das principais correntes filosóficas de seu tempo. Sua famosa entrevista concedida ao CPDOC (OLIVEIRA, 1995) evidenciou a importância do seu engajamento religioso e, em especial, do período em que viveu num mosteiro no Rio de Janeiro. No que se refere ao existencialismo cristão, as preferências de Guerreiro recaíam sobre autores como Mounier, Berdiaeff e Maritain, que o levavam a pensar o problema da alienação e desumanização do homem moderno, patologias que impediriam a

⁴ A pesquisa era intitulada “Terra, autonomia e imaginação periférica: descentrando o pensamento social brasileiro”, e foi financiada entre 2010 e 2012 pela FAPERJ por intermédio do seu edital APQ1.

afirmação integral e potente da personalidade humana (AZEVEDO, 2006). Os romancistas russos do século XIX eram lidos por Guerreiro como a tradução ficcional da mesma questão. Já a filosofia fenomenológica permitia ao então jovem sociólogo pensar as condições e os pressupostos da própria atividade de conhecimento, para além de um positivismo ingênuo. O que me parece fundamental, porém, é a forma como Guerreiro filtra essa complexa rede de influências por meio de uma marcação histórica e geopolítica específica, qual seja, a situação da vida intelectual em países periféricos oriundos de processos colonizadores, nos quais a atividade do espírito assume aspecto imitativo.

Tal marcação surge com destaque no seu livro de 1953 sobre a sociologia brasileira. Nesta obra, reconhecidamente polêmica, Guerreiro estabelece uma crítica ao suposto universalismo da Sociologia tal como praticada globalmente, interpretando-o como sinal evidente de etnocentrismo. Ao reler a tradição intelectual brasileira, o critério utilizado pelo sociólogo baiano para construir linhagens ou famílias de pensadores é o da maior ou menor adesão a um pensamento menos “imitativo” e, por conseguinte, mais conectado à “realidade nacional”. Guerreiro não foi o primeiro brasileiro a criar linhagens com base em tal critério (BRANDÃO, 2005), mas o que é original em sua formulação é a articulação dessa questão a uma leitura da divisão internacional do trabalho intelectual. Isto é, o colonialismo e o imperialismo produziram condições propícias para o florescimento de teorias e doutrinas imitativas, por facilitarem a importação acrítica de ideias. Dessa forma, um tema já muito repisado na história intelectual brasileira – o dilema entre imitação e originalidade – ganha uma leitura própria ao tempo-espaço do Terceiro Mundo, possibilitando uma aproximação com outros intelectuais e autores que lidavam com problemas similares.

A marcação geopolítica é desenvolvida em toda a sua plenitude teórica no clássico livro de 1958, *Redução Sociológica* (RAMOS, 1958). Nesta obra, o autor submete sua formação fenomenológica ao crivo do ponto de vista de um intelectual do Terceiro Mundo, para quem a grande questão não é a discussão abstrata sobre os fundamentos do ato de conhecimento, mas sim a tensão cognitiva e epistemológica originada do choque entre realidades locais e teorias europeias. Essa tensão é demonstrada pelo autor por meio de uma série de exemplos construídos com base em uma discussão própria da Sociologia. Assim, conceitos como “controle social” são submetidos a um procedimento de redução fenomenológica de forma a evidenciar os pressupostos históricos e políticos que guiaram sua criação original no contexto da sociedade norte-americana. Ao evidenciar que o conhecimento traduzido em tais conceitos está orientado por interesses particulares e, não, universais, Guerreiro demonstra a impossibilidade de uma aplicação ingênua de teorias e discursos oriundos da atividade intelectual do Hemisfério Norte a contextos periféricos. No decorrer dessa obra, o autor enumera as leis da redução, que, em sua maioria, são pensadas tendo por base o enraizamento dos intelectuais do Terceiro Mundo em condições históricas particulares, bem como as tarefas específicas implicadas nessa condição. Ou seja, o fazer sociológico é interpretado por Guerreiro Ramos como uma atividade que se conecta ao problema da afirmação existencial e autônoma das sociedades ainda em estado semicolonial.

Note-se que tal crítica não autoriza nenhuma forma de nativismo intelectual, já que Guerreiro considera que o raciocínio científico próprio da Sociologia tem características universais, e o trânsito de ideias, conceitos e hipóteses não apenas é desejável, como configura condição básica do fazer dos cientistas. O que o incomoda, porém, é a dimensão derivativa da vida intelectual em países como o Brasil, nos quais a própria hierarquia de problemas e de ordem de relevância são emanações diretas da sociologia norte-americana, não sendo uma expressão dos interesses práticos da comunidade local. Chamo a atenção para o modo como Guerreiro mobiliza referências intelectuais terceiro-mundistas, como Anta Diop, Mohamad Loubadi e Aimé Césaire – todos estes citados nos primeiros capítulos do clássico livro de 1958.

O segundo aspecto que destaco refere-se ao próprio estilo de trabalho intelectual do autor; mais especificamente, ao seu discurso escrito. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela exportação e consolidação da moderna sociologia norte-americana, traduzida pelo estrutural funcionalismo parsoniano. Disso resultou uma padronização significativa da escrita sociológica, que foi codificada num conjunto teórico sistemático e em um modo de exposição que se pretendia mais científico e rigoroso. A despeito dessa suposta homogeneidade da sociologia norte-americana ser hoje muito questionada (CALHOUN, 2008), o

fato é que o estrutural-funcionalismo deitou raízes na América Latina no exato momento em que a dita sociologia científica se enraizava no continente (BRASIL JUNIOR, 2013).

Guerreiro Ramos era um estudioso da sociologia norte-americana, e seus artigos na segunda metade da década de 1940 e parte da década de 1950 evidenciam sua preocupação em orientar a Sociologia para a aplicação prática, por meio de um controle empírico preciso (MAIO e LOPES, 2012). Porém, seus textos posteriores ganham progressivamente um colorido mais livre, adotando um tom sarcástico e jocoso, não propriamente disciplinado pela atividade universitária ou acadêmica. Textos como “O processo da sociologia do Brasil” (RAMOS, 1953) são vazados por forte carga de adjetivação e prescindem de numerosas citações. Frequentemente Guerreiro parece se dirigir não a uma comunidade de especialistas, mas sim a um público mais amplamente definido, e é possível localizar sua voz particular e sua experiência pessoal na escrita.

Este ponto não me parece de pouca importância, já que, como mostrou Canagarajah (1992), a padronização da comunicação científica por intermédio da publicação de artigos em periódicos implicou pesado custo intelectual para os cientistas periféricos. Isso ocorreria porque essas revistas privilegiavam convenções textuais próprias do sistema intelectual e acadêmico dos países do Hemisfério Norte, e a dificuldade de se lidar com essas convenções tornava mais difícil para os cientistas do Terceiro Mundo a aceitação de seus artigos e resultados de pesquisa. Dito isso, é interessante ressaltar a dimensão política assumida pela diversidade de estilos de escrita adotado por Guerreiro, cujos livros e artigos publicados fugiam ao registro linguístico padronizado da ciência social norte-americana. Tal fato é fundamental, pois é uma evidência poderosa da diversidade de registros e práticas textuais encontrada na produção dos intelectuais do Terceiro Mundo. Em artigo recente, procurei explorar a conexão entre essa escrita de Guerreiro e textos de outros cientistas sociais periféricos, como Hussein Alatas (MAIA, 2014a).

Gostaria, ainda, de destacar o tema da autonomia. Como se verifica na literatura especializada, parte significativa da produção intelectual de Guerreiro Ramos estava orientada para a criação de uma ciência social original e relevante, que não fosse simples aplicação irrefletida de esquemas fixos ou repetição de conceitos produzidos em outros contextos histórico-sociais. Pode-se interpretar sua tentativa de “redução sociológica” como uma tradução dessa busca de autonomia num cenário intelectual marcado por forte desigualdade entre centros e periferias. Além disso, o seu nacionalismo pode ser interpretado como uma leitura política de um tema que encontrava ressonância no universo intelectual. Isto é, a condição periférica não exercia apenas efeitos negativos, como o colonialismo e a vida imitativa, mas também possibilitava a tomada de consciência por parte dos povos em processo de descolonização mental. Desse modo, a percepção de que o intelectual estava sitiado por diversas forças que lhe tolhiam o espaço de afirmação autônoma seria uma constante ao longo da vida de Guerreiro, mesmo depois do seu exílio nos Estados Unidos. O trabalho de Ariston Azevedo (2006) é exemplar dessa perspectiva por mostrar como os pressupostos filosóficos de Guerreiro orientavam-se em torno de um núcleo crítico que opunha afirmação humana a imperativos sistêmicos. Essa formação filosófica, que remonta à trajetória do jovem Guerreiro ao longo das décadas de 1930 e 1940, é traduzida numa leitura periférica do tema da distribuição desigual da vida intelectual. Ou seja, afirmar-se como sujeito implicaria um brutal trabalho de autoconstrução como intelectual, já que, no Brasil, a vida do espírito se dava em condições de colonialismo mental e econômico, além de fraca institucionalização acadêmica.

Conclusão

Diante do que foi exposto, é necessário perguntar: o que o caso de Guerreiro Ramos acrescenta à crescente discussão sobre vida intelectual no Terceiro Mundo? É possível falar em características específicas dos intelectuais “terceiro-mundistas”?

Em primeiro lugar, acredito que o estudo de Guerreiro corrobora a ideia de que é preciso produzir mais estudos empíricos focados em trajetórias, instituições, livros e conceitos que informaram historicamente a

atividade intelectual no Terceiro Mundo. Boa parte da literatura voltada para o problema das divisões entre centro e periferia e pelo estatuto subordinado do pensar em situações coloniais orienta-se ou para debates teóricos, relacionando casos específicos a conceitos em voga no mercado acadêmico atual, como “subalternidade”, “hibridismo” e “pós-colonialidade”, ou para estudos contemporâneos. Tome-se como exemplo o conhecido livro de Homi Bhabha (1994), em que os autores terceiro-mundistas convocados para o argumento são tratados com base nas questões teóricas e nas categorias que Bhabha mobiliza para avançar sua teoria. Pode-se citar também o desconhecimento que boa parte dos intelectuais de língua inglesa tem de autores e tradições intelectuais de línguas ibéricas, como o português e o espanhol, o que deixa na sombra autores que contribuíram efetivamente para a vida intelectual nas periferias e, em alguns casos, nos centros.

Nossa compreensão das raízes e dos desdobramentos do pensamento anticolonial só teria a ganhar se tivéssemos mais estudos empíricos sobre cientistas sociais como Guerreiro Ramos, que contribuíram para consolidar uma rede continental de conceitos, temas e problemas característicos da reflexão terceiro-mundista. Penso, por exemplo, nos estudos sobre a teoria da dependência (BEIGEL, 2013; PINHEIRO, 2010), que podem ajudar a recontar a própria história intelectual do marxismo na segunda metade do século XX.

Em segundo lugar, o caso de Guerreiro evidencia a relevância de se repensar questões clássicas da sociologia dos intelectuais, que, em geral, foram discutidas sem referências a um corpo empírico mais variado e plural. Por exemplo, a relação entre intelectuais e vida pública pode e deve ser refletida com base na existência de tradições culturais singulares, não redutíveis à narrativa do secularismo tal como apresentada nos estudos clássicos de Mannheim (MANNHEIM, 1936), e de sistemas intelectuais e acadêmicos que diferiam daqueles estabelecidos no Hemisfério Norte. Essas condições sociológicas produziram modos específicos de intervenção pública, que poderiam combinar ativismo na sociedade civil, participação nas redes do Estado e estilos diversos de escrita. Tal tema vem sendo recentemente explorado por estudiosos da vida intelectual no Oriente Médio, em que condições particulares também imprimem configurações próprias ao problema sempre discutido do “intelectual público” (HANAFI, 2014; NAIR, 2013). Não se trata de afirmar de forma simplista que o que caracteriza os intelectuais do Terceiro Mundo é o fato de eles serem mais “políticos”, como o fez Fredric Jameson (1986), mas de estudar e entender as dinâmicas peculiares da estruturação da vida intelectual em contextos periféricos. O tema da autonomia intelectual, que mobilizei para analisar a trajetória de Guerreiro Ramos, vem sendo rediscutido na literatura, e as contribuições latino-americanas são decisivas para o debate (BEIGEL, 2013).

Como se vê, o caso de Guerreiro tem relevância para além da história específica da vida intelectual no Brasil. Caso desejemos construir uma ciência social realmente global, é imperativo que as experiências periféricas sejam não apenas recuperadas empiricamente, mas que seu estatuto analítico implique a criação de novas categorias e formas de reflexão.

Referências

- AZEVEDO, A. **A Sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC.
- BARBOSA, M. S. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 217-228, 2006.
- BEIGEL, F. (Org.). **The politics of academic autonomy in Latin America**. London: Ashgate, 2013.
- BENDA, J. **The treason of intellectuals**. New York: Transaction Publishers, 1981 [1925].
- BENDER, T. **Intellect and public life: essays on the social history of academic intellectuals in the United States**. Baltimore: JHU Press, 1997.

- BERGER, M. After the Third World? History, destiny and fate of the Third-Worldism. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 9-39, 2004.
- BHABHA, H. **The location of culture**. Oxford: Psychology Press, 1994.
- BOURDIEU, P. Intellectual field and creative project. **Social Science Information**, v. 8, n. 2, p. 89-119, 1969.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.
- BRASIL JUNIOR, A. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CALHOUN, C. (Ed.). **Sociology in America**: a history. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- CAMIC, C. Reputation and predecessor selection: Parsons and the institutionalists. **American Sociological Review**, v. 57, n. 4, p. 421-445, 1992.
- CAMIC, C.; GROSS, N. The new sociology of ideas. In: BLAU, J. (Org.). **The Blackwell Companion of Sociology**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2001. 236-249 p.
- CANAGARAJAH, S. **A Geopolitics of Academic Writing**. Pittsburgh: Pittsburgh Press, 2002.
- COLLINS, R. **A sociology of philosophies**: a global theory of intellectual change. Cambridge. Harvard University Press, 2009.
- COLLINI, S. **Absent minds**: intellectuals in Britain. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CONNELL, R. **Southern Theory**: the global dynamic of knowledge in social science. Cambridge: Polity Press, 2007.
- GINBRAS, Y.; MOSBAH-NATANSON, S. **Where are social sciences produced?** World Social Science Report. 2010. Disponível em: <http://ost.gogpg.com/Portals/0/docs/articles/2010/Gingras_WorldSocScienceReport.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2015.
- GOODY, J. **The theft of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HANAFI, S. Complex entanglements: moving from policy to public sociology in the arab world. **Current Sociology**, v. 62, n. 2, p. 197-208, 2014. Disponível em: <<http://csi.sagepub.com/content/early/2014/01/07/0011392113514890>>. Acesso em: 01 de março de 2015.
- JAMESON, F. Third-world literature in the era of multinational capitalism. **Social Text**, v. 15, p. 65-88, 1986.
- KEIM, W. Pour un modèle centre-périphérie dans les science sociale. Aspects problématiques des relations internationales en science sociales. **Revue des anthropologies of connaissances**, v. 4, n. 3, p. 570-598, 2010.
- KOSELLECK, R. **Future pasts**: on the semantics of historical time. New York. Columbia University Press, 1985.
- LACAPRA, D. **Rethinking Intellectual History**: texts, contexts, language. Ithaca. Cornell University Press, 1983.
- LAMONT, M. How to become a dominant French philosopher: the case of Jacques Derrida. **American Journal of Sociology**, v. 93, n. 3, p. 584-622, 1987.
- MAIA, J. M. E. Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, p. 265-291, 2012.
- MAIA, J. M. E. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. **Current Sociology**, v. 62, n. 7, p. 1097-1115, 2014a. Disponível em: <<http://csi.sagepub.com/content/early/2014/07/07/0011392114534422.abstract>>. Acesso em: 01 de março de 2015.
- MAIA, J. M. E. Guerreiro Ramos e a sociologia periférica. **Cadernos CRH**, v. 28, n. 73, p. 47-58, jan./abr. 2015.

- MAIO, M. C.; LOPES, T. C. Da Escola de Chicago ao nacional-desenvolvimentismo: saúde e nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos (1940-1950). **Sociologias**, v. 14, n. 30, p. 290-329, 2012.
- MANNHEIM, K. **Ideology and utopia**. London: Routledge, 1936 [1929].
- MCLAUGHLIN, N. How to become a forgotten intellectual: intellectual movements and the rise and fall of Erich Fromm. **Sociological Forum**, v. 13, n. 2, p. 215-246, 1988.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MOTTA, L. E. A Política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. **Organizações e Sociedade**, v. 17, n. 52, p. 85-101, 2010.
- NAIR, S. **The Postcolonial/Public Intellectual**. 2013. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2013/05/16/the-postcolonialpublic-intellectual/>>. Acesso em: 02 set. 2014.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PINHEIRO, C. Direct and Indirect Transitivity. The Receptions of Dependency Theory in India and Singapore and Other Dialogues Between Intellectual Peripheries from the Global South. In: **World Social Sciences and Humanities Network Meeting**, 28-30th October, Buenos Aires, Argentina, 2010.
- POCOCK, J. **The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition**. New Jersey: Princeton University Press, 1975.
- RAMOS, A. G. **O Processo da Sociologia no Brasil** (esquema de uma História das Ideias). Rio de Janeiro: Estúdio de Artes Gráficas, 1953.
- RAMOS, A. G. **A redução sociológica** (introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995 [1958].
- RAMOS, A. G. Entrevista. In: OLIVEIRA, L. L. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 131-183 p.
- RITCHER, M. Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner and Geschichtliche Grundbegriffe. **History and Theory**, v. 29, n. 1, p. 38-70, 1990.
- SCHORSKE, C. **Fin-de-siècle Vienna: politics and culture**. Random House, 1981.
- SKINNER, Q. **The foundations of modern political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak?. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Eds.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1988. 271-313 p.
- SUBRAHMANYAN, S. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.
- WEBER, M. **Economy and Society: an outline of interpretative sociology**. Berkeley: University of California Press, 1978 ([1922]).
- WICKBERG, Daniel. Intellectual History x The Social history of Intellectuals. **Rethinking History**, v. 5, n. 3, p. 383-395, 2001.
- WILLIAMS, R. **The Bloomsbury fraction**. Problems in materialism and culture. Londres: Verso Editions, 1982.